

PROJETO DE LEI N.º , DE 2003
(Deputado Carlos Nader)

“Dispõe sobre o acesso de
medicamento para os servidores públicos,
Federais, Estaduais e Municipais.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os hospitais públicos, casas de saúde, ambulatórios, clínicas e outros estabelecimentos públicos de saúde, que realizem atendimento em regime normal e de plantão ficam obrigados a terem uma farmácia básica.

Art. 2º As farmácias e drogarias comerciais ficam obrigadas a aceitarem convênios com órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais, para o fornecimento de medicamentos aos servidores públicos por meio de convênio, com desconto em folhas de pagamento, aos servidores Municipais, Estaduais e Federais.

Parágrafo Único. O ressarcimento às farmácias e drogarias conveniadas será feito mensalmente pelo órgão a que pertence o servidor mediante apresentação de notas fiscais, devidamente assinadas pelo servidor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os funcionários públicos tem constituído uma das categorias de trabalhadores que mais lutaram contra as dificuldades salariais nos últimos oito anos .

Os aumentos contínuos e a falta de medicamentos na rede pública, vem agravando ainda mais este quadro caótico que aflige a estes servidores.

É inaceitável que o servidor público tão sacrificado, não tenha acesso a medicamentos básicos, para o seu tratamento e de seus dependentes. As atuais pesquisa nos mostram um quadro aterrorizador, onde pais de família, gastam em média até 60% (sessenta por cento) do salário com medicamentos.

Para contornar esta situação desesperadora dos servidores públicos, proponho o presente Projeto de Lei que acreditamos ser de fácil implementação por não exigir maiores recursos e esforços de todos os envolvidos. Os estabelecimentos não terão dificuldade de manter uma farmácia básica para o atendimento. As farmácias e drogarias comerciais em nada perdem em atender os servidores convênidos, mediante desconto em folha de pagamento, o que estimula o comércio e a livre concorrência de preços.

Diante do aqui exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de de 2003.

Deputado Carlos Nader

PFL-RJ